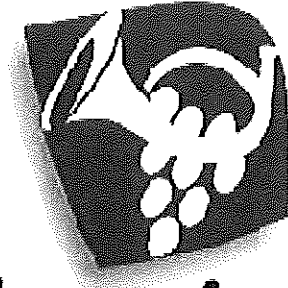


MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



Almeirim
Câmara Municipal

[Handwritten signatures and initials]

CONTAS CONSOLIDADAS

ANO 2023

ÍNDICE

I - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1	Introdução	4
2	Perímetro de Consolidação	4
3	Método de Consolidação	5

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1	Balanço Consolidado	9
2	Demonstração de Resultados Consolidada	11
3	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	13
4	Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	15
5	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	17
6	Relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante	23

III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

1	Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	26
2	Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	29

IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS	30
--	----

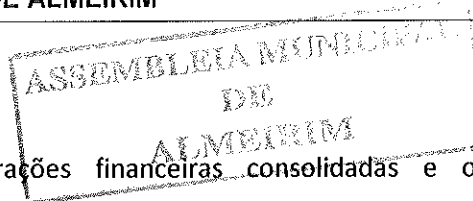


Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

JM
Am
PM
AM
JM
AM
AM



I - RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO



1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as demonstrações financeiras consolidadas e os anexos correspondentes, inerentes ao exercício económico de 2023, de acordo com o estabelecido na legislação.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Artigo 75º, onde se refere que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando que o Município de Almeirim não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o referido no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e /ou detenha poder de controlo sobre as mesmas, sendo que o Município não se inclui nesta situação.

No entanto, nos termos do n.º 6 do Artigo 75º, as empresas locais que integram o setor empresarial local devem ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Almeirim nesta condição.

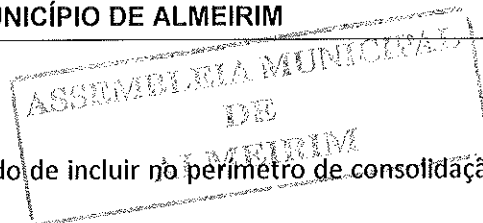
No âmbito do preconizado no n.º 2 do Artigo 76º, os documentos de prestação de contas consolidados deverão ser aprovados e apreciados respetivamente pela Câmara e Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho.

2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Na tabela seguinte apresenta-se a denominação da entidade a consolidar através do método de equivalência patrimonial.

Denominação Social	Capital detido (%)	Método de consolidação
Águas do Ribatejo, EM, S.A.	15,45%	MEP

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

O Município de Almeirim está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

Entidade Participada		Forma Jurídica	Participação do Município %	Contribuição para a dívida total do Município	Resultado Líquido Exercício 2023	Tipo de Entidade
Denominação	NIPC					
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	0,32%	- €	209 018,85 €	Não Societária
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	508787033	Associação de Municípios	8,45%		292 691,37 €	Não Societária
RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	504876864	Associação de Municípios	18,70%	- €	37 040,55 €	Não Societária
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Associação de Municípios	1,16%	215,28 €	s/ informação	Não Societária
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Associação de Municípios	4,81%	- €	s/ informação	Não Societária
QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	508574170	Associação de Municípios	2,70%	- €	- 1 335,16 €	Não Societária
COTHN - Centro Operativo e Transformador Hortofrutícola Nacional	505813238	Outra Societária	2,17%	- €	s/ informação	Societária
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956538	Outra Societária	0,04%	- €	s/ informação	Societária
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Fundo	0,10%	- €	s/ informação	Fundo

No Caso da ANMP, CIMLT, RESIURB, AMPV, AMVT e QUALIFICA, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

A Tagusgás e a COTHN são Entidades participadas, onde o Município não exerce qualquer poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

O Fundo de Apoio Municipal é detido em 50% pelo governo central e em 50% por municípios.

3 – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método de Equivalência Patrimonial, nos termos da NCP23 e das notas de enquadramento à conta “41 – Investimentos Financeiros” (Portaria n.º 189/2016, de 14 de Julho).

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Este método de contabilização dos investimentos financeiros caracteriza-se por, a todo o momento a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida.

O Município de Almeirim iniciou a consolidação de contas em 2017, tendo sido realizado o ajuste dos valores dos anos anteriores (desde a data de criação da empresa) com reflexão na conta "55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas".

Para cálculo do valor a considerar na conta "7851 – Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação do método da equivalência patrimonial" (valor que acresce ao resultado líquido) foi, à semelhança de anos anteriores, multiplicado o Resultado Líquido do Exercício da entidade participada pela percentagem de participação do Município de Almeirim no seu capital. A contrapartida desta conta foi lançada na conta "4121 – Participação de Capital – Método de Equivalência Patrimonial.

O valor a considerar é: $362.052,95 \text{ €} \times 15,45\% = 55.937,18 \text{ €}$.





[Handwritten signatures and initials]

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS



[Handwritten signatures and initials]

1. BALANÇO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		78 863 858,46 €	71 622 829,20 €
Ativos fixos tangíveis		73 906 706,52 €	67 023 982,41 €
Propriedades de investimento		276 560,00 €	
Ativos intangíveis		36 125,61 €	10 317,64 €
Participações financeiras		4 644 466,33 €	4 588 529,15 €
Ativo corrente		3 908 896,82 €	6 869 734,09 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		5 565,80 €	5 565,80 €
Clientes, contribuintes e utentes		124 540,74 €	125 128,35 €
Estado e outros entes públicos		1 186,78 €	
Outras contas a receber		794 800,94 €	886 496,38 €
Diferimentos		91 362,14 €	41 443,70 €
Caixa e depósitos		2 891 440,42 €	5 811 099,86 €
Total Ativo		82 772 755,28 €	78 492 563,29 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		75 724 972,18 €	70 714 829,22 €
Património/Capital		99 593 163,59 €	99 566 603,59 €
Reservas		157 697,90 €	35 770,82 €
Resultados transitados		-51 667 249,06 €	-53 983 863,49 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 918 503,52 €	1 574 695,91 €
Outras variações no património líquido		24 783 718,76 €	20 739 273,27 €
Resultado líquido do período		939 137,47 €	2 782 349,12 €
Total Património Líquido		75 724 972,18 €	70 714 829,22 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		5 638 995,42 €	6 087 294,69 €
Provisões		91 785,22 €	63 470,02 €
Financiamentos obtidos		5 547 210,20 €	6 023 824,67 €
Passivo corrente		1 408 787,68 €	1 690 439,38 €
Fornecedores		880,24 €	63 523,09 €
Estado e outros entes públicos		101 779,56 €	166 542,96 €
Fornecedores de investimentos		23 884,41 €	78 881,04 €
Outras contas a pagar		1 282 243,47 €	1 381 492,29 €
Total Passivo		7 047 783,10 €	7 777 734,07 €
Total Património Líquido e Passivo		82 772 755,28 €	78 492 563,29 €

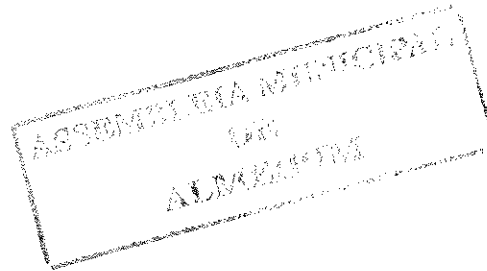


[Handwritten signatures and initials]

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		5 374 395,96 €	6 530 156,44 €
Vendas		245 399,58 €	163 696,69 €
Prestações de serviços e concessões		465 369,45 €	453 721,29 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		11 401 901,03 €	10 205 905,25 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		55 937,18 €	343 807,61 €
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos		-4 885 802,62 €	-4 286 432,29 €
Gastos com pessoal		-6 831 646,76 €	-6 434 663,93 €
Transferências e subsídios concedidos		-2 633 018,71 €	-2 308 997,68 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		8 660,06 €	27 623,48 €
Provisões (aumentos/reduções)		-28 315,20 €	9 800,22 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 434 193,50 €	1 424 595,74 €
Outros gastos		-126 686,68 €	-6 409,22 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 480 386,79 €	6 122 803,60 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 344 927,41 €	-3 294 926,06 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 135 459,38 €	2 827 877,54 €
Juros e rendimentos similares obtidos		573,38 €	1 178,43 €
Juros e gastos similares suportados		-196 895,29 €	-46 706,85 €
Resultado antes de impostos		939 137,47 €	2 782 349,12 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		939 137,47 €	2 782 349,12 €



[Handwritten signatures and initials]

3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

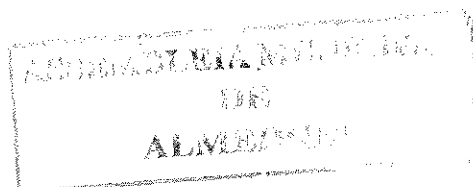
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		724 553,46 €	624 254,94 €
Recebimentos de contribuintes		5 281 850,81 €	6 864 747,19 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		15 157 175,17 €	12 249 388,91 €
Recebimentos de utentes		156 407,25 €	144 272,48 €
Pagamentos a fornecedores		-4 301 295,30 €	-3 545 159,41 €
Pagamentos ao pessoal		-7 133 716,98 €	-6 229 335,81 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 572 976,22 €	-2 238 621,15 €
Caixa gerada pelas operações		7 311 998,19 €	7 869 547,15 €
Outros recebimentos/pagamentos		-294 796,69 €	-586 421,41 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		7 017 201,50 €	7 283 125,74 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-10 599 767,18 €	-8 804 484,52 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-250 000,00 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		18 553,10 €	30 246,62 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		846 121,56 €	787 680,84 €
Recebimentos - Transferências de capital		907 444,00 €	1 794 434,40 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-9 077 648,52 €	-6 192 122,66 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		600 000,00 €	1 100 000,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 956,79 €	1 178,43 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 241 441,52 €	-896 931,52 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-219 727,69 €	-46 706,85 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-859 212,42 €	157 540,06 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-2 919 659,44 €	1 248 543,14 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 891 440,42 €	5 811 099,86 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
SGA De execução orçamental		5 430 796,74 €	4 212 891,72 €
SGA De operações de tesouraria		380 303,12 €	349 665,00 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 891 440,42 €	5 811 099,86 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2 891 440,42 €	5 811 099,86 €
SGS De execução orçamental		2 322 589,83 €	5 430 796,74 €
SGS De operações de tesouraria		568 850,59 €	380 303,12 €

Handwritten signatures and initials:
 JEF
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

[Handwritten signatures and initials]



4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

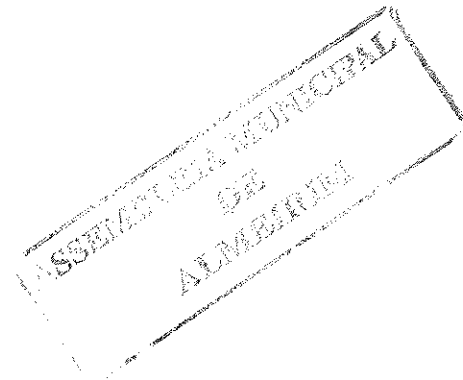
Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património	Ações (quotas) próprias	Outros Instrum. de capital	Premios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		99 566 603,59 €				35 770,82 €	-53 983 863,49 €	1 574 695,91 €	20 739 273,27 €	2 782 349,12 €	70 714 929,22 €		70 714 929,22 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	TESTE NOTAS DAPLO2 TESTE DAPLOS TESTE							4 044 445,49 €			4 044 445,49 €		4 044 445,49 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferença de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património líquido													
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)													
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		26 550,00 €				121 927,08 €	2 316 614,43 €	343 807,61 €		-2 782 349,12 €	370 367,61 €		370 367,61 €
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações		26 550,00 €				121 927,08 €	2 316 614,43 €	343 807,61 €		-2 782 349,12 €	370 367,61 €		370 367,61 €
Subscrições de prémios de emissão													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		99 593 169,59 €				157 697,90 €	-51 667 249,06 €	1 918 503,52 €	24 783 718,76 €	939 137,47 €	75 724 972,18 €		75 724 972,18 €

ALMEIRIM
ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2023

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



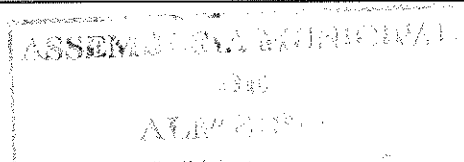
[Handwritten signatures and initials]

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

Denominação da Entidade	Município de Almeirim
NIPC	501273433
Natureza	Autarquia Local
Endereço	Rua 5 de Outubro, 52
Código Postal	2080-052 Almeirim
Telefone	243594100
Endereço Eletrónico	geral@cm-almeirim.pt
Sítio da internet	www.cm-almeirim.pt
Principal legislação aplicável	Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de Setembro
Período de Relato	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023

[Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like JH, P, M, and others.]



2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE PARTICIPADA INCLUÍDA NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

A AR-Águas do Ribatejo, EM S.A., é uma empresa intermunicipal constituída sob a forma de sociedade anónima. O seu capital é 100% público e é detido pelos Município de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

Foi criada em Dezembro de 2007 com o objetivo de explorar e gerir os sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas residuais dos municípios que a integram, prosseguindo o seu objetivo, designadamente, através de:

- Promoção direto ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento. Abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes; e
- Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A sua estrutura de participantes e de capital é a seguinte:

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Almeirim	2 123 786,00 €	15,45%
Alpiarça	742 268,00 €	5,40%
Benavente	2 258 936,00 €	16,44%
Chamusca	1 119 814,00 €	8,15%
Coruche	2 065 864,00 €	15,03%
Salvaterra de Magos	1 950 022,00 €	14,19%
Torres Novas	3 482 672,00 €	25,34%
Total	13 743 362,00 €	100,00%

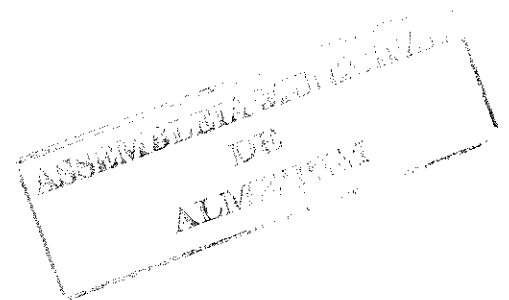
Handwritten signatures and initials:
JLB
A
me
P
P

A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2023 era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Pedro Miguel César Ribeiro

Secretário – Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado



Conselho de Administração

Presidente – Francisco Silvestre de Oliveira

Vogal – Catarina Pinheiro Vale

Vogal – Pedro Paulo Ramos Ferreira

Órgão de Fiscalização

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

A Entidade AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A. consta da listagem das entidades públicas reclassificadas publicada pelo INE. No entanto, e apesar de seguir o SNC empresarial, não possui contabilidade orçamental nos termos definidos na NCP26 do SNC-AP, nem similar, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação orçamental minimamente eficaz.

3 – INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A., sendo uma empresa municipal enquadra-se no disposto pelo nº 6 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, na NCP22 e normas conexas, onde se conclui que as empresas municipais, sem controlo, têm de ser consolidadas com o Município pela proporção detida, utilizando-se para o efeito o método da equivalência patrimonial.

4 – SITUAÇÃO ESPECÍFICA DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Atendendo ao baixo número de pontos que foram alvo de alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP, apenas se irão apresentar os pontos das notas ao Balanço e Demonstração de Resultados que sofreram alterações.

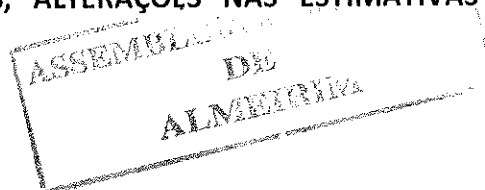
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A participação na AR, Águas do Ribatejo, EM, S.A. encontra-se valorizada pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método de custo. A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) está registada pelo valor comunicado pela própria entidade.

NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos Consolidados	Montantes Consolidados		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido		Início do período	Final do período	
(1)	(2)			(3)		
Impostos diretos	3 734 715,60 €			3 734 715,60 €		
Impostos indiretos	1 421 405,04 €			1 421 405,04 €		
Taxas	78 436,34 €			78 436,34 €		
Multas e outras penalidades	79 542,72 €			79 542,72 €		
Transferências sem condição	7 247 751,45 €			7 247 751,45 €		
Rendimentos em entidades consolidadas			55 937,18 €		55 937,18 €	
TOTAL	12 561 851,15 €			12 617 788,33 €		



Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. Consolidados	Saldo Final
Património/Capital	99 566 603,59 €	26 560,00 €			99 593 163,59 €
Reservas	35 770,82 €	121 927,08 €			157 697,90 €
Resultados transitados	- 51 120 757,89 €	2 316 614,43 €			- 48 804 143,46 €
Regularizações	- 2 863 105,60 €				- 2 863 105,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros	1 574 695,91 €	343 807,61 €			1 918 503,52 €
Outras variações no património líquido	20 739 273,27 €	4 965 025,07 €	920 579,58 €		24 783 718,76 €
Resultado líquido do período		883 200,29 €		55 937,18 €	939 137,47 €
Total Património Líquido	67 932 480,10 €	8 657 134,48 €	920 579,58 €	55 937,18 €	75 724 972,18 €

O património líquido do Município é constituído pelas rubricas seguintes:

a) Património

O Município não detém capital social e o valor registado de 99.593.163,59 € na conta património/capital corresponde ao saldo existente na transição do normativo contabilístico POCAL para o atual SNC-AP.

b) Resultados Transitados

São constituídos pelas contas 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores e 562 – Regularizações.

A conta 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores apresenta em 31/12/2023 um saldo final de – 48.804.143,46 €, que resulta da integração do Resultado Líquido de 2022 de 2.316.614,43 €.

A conta 562 – Regularizações apresenta um saldo de 2.863.105,60 €, não tendo sofrido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

c) Ajustamentos em Ativos Financeiros

A conta 571-Ajustamentos em Ativos Financeiros apresenta um saldo de 1.918.503,52 €, que resulta da integração do saldo de 2022 da empresa Águas do Ribatejo e da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação do Município de Almeirim na empresa.

d) Outras Variações do Património Líquido

A conta 5931 – Transferências e Subsídios para Aquisição de Ativos Depreciáveis apresenta-se desagregada por componente, candidatura ou finalidade, correspondendo os seus saldos a valores de subsídios ao investimento provenientes, na sua maioria, de participações comunitárias, cujos valores ainda não foram imputados a resultados. Assim, os créditos nestas

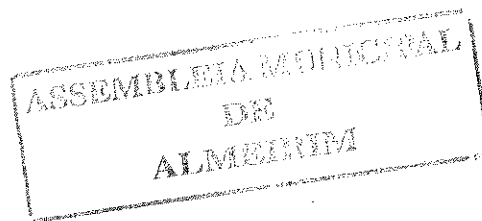
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

contas representam transferências e subsídios cujas condições associadas foram cumpridas e os débitos representam a imputação a resultados da parcela do subsídio, na mesma proporção do reconhecimento dos gastos de depreciações dos bens financiados, apresentando um saldo de 21.337.659,77 €.

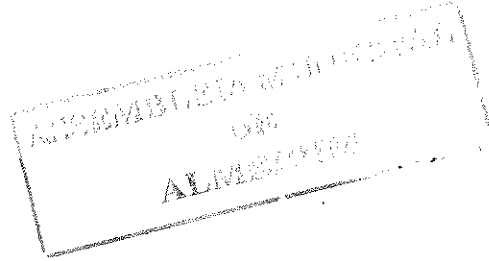
A conta 5939-Outras Transferências e Subsídios de Capital regista os montantes do FEF capital e da transferência ao abrigo do artigo 35º, nº 3, da Lei nº73/2013, que passaram a ser alocadas ao "Património", em vez de serem registadas diretamente em rendimentos do período. Esta alteração de contabilização, provocou uma redução dos rendimentos do período de 2023 de 2.990.769,00 € (registados diretamente nesta conta).

e) Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período de 2023 apresenta um valor positivo de 939.137,47 €.

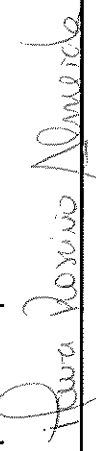


Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature at the bottom.



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'P. Almeida' and several other initials.

6. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DO ORGÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS					
Designação da entidade	Município de Almeirim				
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023				
Nome	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada	
Pedro Miguel César Ribeiro	Presidente da Câmara	33 558,89€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique, n.º 13 2080-145 Almeirim	
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-presidente	27 626,22€	01 janeiro a 31 dezembro	R. Afonso Albuquerque, n.º 1 R/C Dto, 2080-007 Almeirim	
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Vereadora a tempo inteiro	26 293,02€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua José Peixe, 9-11 2080-581 Fazendas de Almeirim	
Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues	Vereador a tempo inteiro	26 448,02€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua D. Manuel I, Urbanização Quinta de S. Miguel, Lt. 52 2080-190 Almeirim	
Ana Sofia Fonseca Casebre	Vereadora a tempo inteiro	28 075,22€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua da Liberdade, n.º 88 Paço dos Negros	
António Joaquim Borrego Maximiano	Vereador a tempo inteiro	26 293,02€	01 janeiro a 31 dezembro	2080-640 Fazendas de Almeirim	
Beatriz de Almeida Silva Apolinário	Vereadora	2 072,32€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique n.º 127-A 2080-145 Almeirim	
José Manuel Coutinho Lopes	Vereador	784,11€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Pedro Álvares Cabral, n.º 21- 2º Esq. 2080-163 Almeirim	
O Dirigente responsável pela área administrativa e/ou financeira					
Assinatura	 Flávia Rosário Almeida				

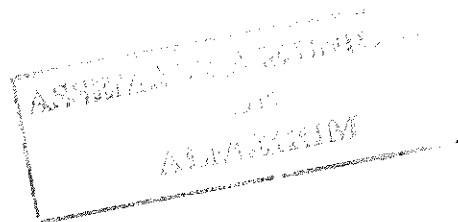

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

CONSOLIDADAS



1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					2022	
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS		TOTAL
RA01	Saldo de gerência anterior	4 330 796,74 €			1 100 000,00 €	380 303,12 €	5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
R01	Operações orçamentais [1]	4 330 796,74 €			1 100 000,00 €		5 430 796,74 €	4 212 891,72 €
R02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
R04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
R03	Operações de tesouraria [A]					380 303,12 €	380 303,12 €	349 665,00 €
RA02	Receita corrente	18 496 851,23 €					18 496 851,23 €	18 645 269,95 €
R1	Receita fiscal	5 281 850,81 €					5 281 850,81 €	6 864 747,19 €
R1.1	Impostos diretos	4 768 907,48 €					4 768 907,48 €	5 378 289,04 €
R1.2	Impostos indiretos	512 943,33 €					512 943,33 €	1 486 458,15 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	158 495,67 €					158 495,67 €	145 362,48 €
R4	Rendimentos de propriedade	850 594,71 €					850 594,71 €	796 823,69 €
R5	Transferências e subsídios correntes	11 353 293,76 €					11 353 293,76 €	10 127 607,96 €
R5.1	Transferências correntes	11 353 293,76 €					11 353 293,76 €	10 127 607,96 €
R5.1.1	Administrações Públicas	11 353 293,76 €					11 353 293,76 €	10 127 607,96 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	11 165 189,15 €					11 165 189,15 €	9 959 205,58 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	188 104,61 €					188 104,61 €	168 402,38 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - UE							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	681 859,28 €					681 859,28 €	577 173,30 €
R7	Outras receitas correntes	170 757,00 €					170 757,00 €	133 555,33 €
RA03	Receita de capital	4 724 891,53 €					4 724 891,53 €	3 946 461,97 €
R8	Venda de bens de investimento	13 566,12 €					13 566,12 €	30 246,62 €
R9	Transferências e subsídios de capital	4 711 325,41 €					4 711 325,41 €	3 916 215,35 €
R9.1	Transferências de capital	4 711 325,41 €					4 711 325,41 €	3 916 215,35 €
R9.1.1	Administrações Públicas	4 711 325,41 €					4 711 325,41 €	3 916 215,35 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 711 325,41 €					4 711 325,41 €	3 916 215,35 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - UE							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	23 221 742,76 €					23 221 742,76 €	22 593 007,83 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							1 275,91 €
RA05	Receita não efetiva [3]				600 000,00 €		600 000,00 €	1 100 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros				600 000,00 €		600 000,00 €	1 100 000,00 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	27 552 539,50 €			1 700 000,00 €		29 252 539,50 €	27 905 899,55 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					296 176,25 €	296 176,25 €	153 333,23 €

ALMEIRIM, 2023

ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2022
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	14 800 326,83 €					14 800 326,83 €	12 711 029,86 €
D1	Despesas com o pessoal	7 161 855,56 €					7 161 855,56 €	6 229 797,83 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 464 362,20 €					5 464 362,20 €	4 764 059,67 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 988 966,40 €					1 988 966,40 €	200 588,90 €
D1.3	Segurança social	1 488 526,96 €					1 488 526,96 €	1 265 139,26 €
D2	Aquisição de bens e serviços	4 702 140,76 €					4 702 140,76 €	4 057 170,43 €
D3	Juros e outros encargos	196 895,29 €					196 895,29 €	46 706,85 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2 572 976,22 €					2 572 976,22 €	2 238 621,15 €
D4.1	Transferências correntes	2 572 976,22 €					2 572 976,22 €	2 238 621,15 €
D4.1.1	Administrações Públicas	1 041 751,53 €					1 041 751,53 €	917 007,83 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social	12 555,00 €					12 555,00 €	17 165,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	1 029 196,53 €					1 029 196,53 €	899 842,83 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 134 213,45 €					1 134 213,45 €	972 332,01 €
D4.1.3	Famílias	397 011,24 €					397 011,24 €	349 281,31 €
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	166 459,00 €					166 459,00 €	138 733,60 €
DA02	Despesa de capital	11 029 509,34 €					11 029 509,34 €	9 015 154,31 €
D6	Aquisição de bens de capital	10 962 956,62 €					10 962 956,62 €	8 952 035,38 €
D7	Transferências e subsídios de capital	66 552,72 €					66 552,72 €	63 118,93 €
D7.1	Transferências de capital	66 552,72 €					66 552,72 €	63 118,93 €
D7.1.1	Administrações Públicas	22 832,40 €					22 832,40 €	2 041,43 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	22 832,40 €					22 832,40 €	2 041,43 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	43 720,32 €					43 720,32 €	61 077,50 €
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	25 829 836,17 €					25 829 836,17 €	21 726 184,17 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 100 113,50 €					1 100 113,50 €	748 918,64 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	1 100 113,50 €					1 100 113,50 €	748 918,64 €
DA05	Soma [7]-[5]+[6]	26 929 949,67 €					26 929 949,67 €	22 475 102,81 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					107 628,78 €	107 628,78 €	122 695,11 €
DA06	Saldo para a gestão seguinte	622 589,83 €			1 700 000,00 €	568 850,59 €	2 891 440,42 €	5 811 099,86 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	622 589,83 €			1 700 000,00 €		2 322 589,83 €	5 430 796,74 €
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A]+[B]-[C]					568 850,59 €	568 850,59 €	380 303,12 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-2 608 093,41 €					-2 608 093,41 €	866 823,66 €
DA10	Despesa primária	25 632 940,88 €					25 632 940,88 €	21 679 477,32 €
DA11	Saldo corrente	3 696 524,40 €					3 696 524,40 €	5 934 240,09 €
DA12	Saldo de capital	-6 304 617,81 €					-6 304 617,81 €	-5 068 692,34 €
DA13	Saldo primário	-2 411 198,12 €					-2 411 198,12 €	913 530,51 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	27 552 539,50 €			1 700 000,00 €		29 252 539,50 €	27 905 899,55 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	26 929 949,67 €					26 929 949,67 €	22 475 102,81 €

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

[Faint, illegible text, possibly a stamp or watermark]

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

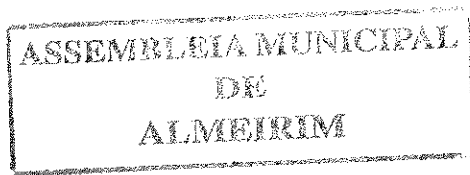
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2023	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2023
RA02	Receita corrente	18 496 851,23	DA01	Despesa corrente	14 800 326,83
R1	Receita fiscal	5 281 850,81	D1	Despesas com o pessoal	7 161 855,56
R1.1	Impostos diretos	4 768 907,48	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 464 362,20
R1.2	Impostos indiretos	512 943,33	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	198 966,40
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 498 526,96
R3	Taxas, multas e outras penalidades	158 495,67	D2	Aquisição de bens e serviços	4 702 140,76
R4	Rendimentos de propriedade	850 594,71	D3	Juros e outros encargos	196 895,29
R5	Transferências e subsídios correntes	11 353 293,76	D4	Transferências e subsídios correntes	2 572 976,22
R5.1	Transferências correntes	11 353 293,76	D4.1	Transferências correntes	2 572 976,22
R5.1.1	Administrações Públicas	11 353 293,76	D4.1.1	Administrações Públicas	1 041 751,53
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	11 165 189,15	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	188 104,61	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1.1.3	Segurança Social		D4.1.1.3	Segurança Social	12 555,00
R5.1.1.4	Administração Regional		D4.1.1.4	Administração Regional	
R5.1.1.5	Administração Local		D4.1.1.5	Administração Local	1 029 196,53
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 134 213,45
R5.1.3	Outras		D4.1.3	Famílias	397 011,24
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.4	Outras	
R6	Venda de bens e serviços	681 859,28	D4.2	Subsídios Correntes	
R7	Outras receitas correntes	170 757,00	D5	Outras despesas correntes	166 459,00
RA03	Receita de capital	4 724 891,53	DA02	Despesa de capital	11 029 509,34
R8	Venda de bens de investimento	13 566,12	D6	Aquisição de bens de capital	10 962 956,62
R9	Transferências e subsídios de capital	4 711 325,41	D7	Transferências e subsídios de capital	66 552,72
R9.1	Transferências de capital	4 711 325,41	D7.1	Transferências de capital	66 552,72
R9.1.1	Administrações Públicas	4 711 325,41	D7.1.1	Administrações Públicas	22 832,40
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 711 325,41	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R9.1.1.3	Segurança Social		D7.1.1.3	Segurança Social	
R9.1.1.4	Administração Regional		D7.1.1.4	Administração Regional	
R9.1.1.5	Administração Local		D7.1.1.5	Administração Local	22 832,40
R9.1.2	Exterior - U E		D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	43 720,32
R9.1.3	Outras		D7.1.3	Famílias	
R9.2	Subsídios de capital		D7.1.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		D8	Outras despesas de capital	
RA04	Receita efetiva [1]	23 221 742,76	DA03	Despesa efetiva [4]	25 829 836,17
RA05	Receita não efetiva [2]	600 000,00	DA04	Despesa não efetiva [5]	1 100 113,50
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	1 700 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1 100 113,50
	Receita Total [3]=[1]+[2]	23 821 742,76		Despesa Total [6]=[4]+[5]	26 929 949,67

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

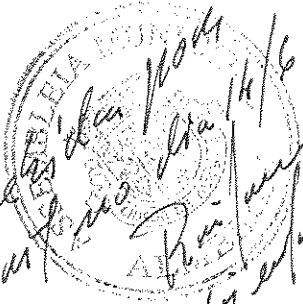
[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]



III - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

*Receitas de 2023
Governo Municipal
Almeirim 14/6*



Obs - Não foi entregue o documento



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhamos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Nesta data emitimos Certificação Legal das Contas, documento que deve ser lido conjuntamente com este Parecer.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, somos de parecer que as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, referentes ao exercício de 2023, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no SNC-AP.

Lisboa, 3 de junho de 2024

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Almeirim (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 82.772.755 euros e um total de património líquido de 75.724.972 euros, incluindo um resultado líquido de 939.137 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Almeirim** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas



significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 29.252.540 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 26.929.950 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de junho de 2024

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473